

ESPAÇO | SOCIALISTA

Nº 88 Abril de 2016

Contribuição: R\$ 2,00

Organização Marxista Revolucionária

**SE DEPENDER DOS CAPITALISTAS, QUEM VAI PAGAR
PELA CRISE SOMOS NÓS TRABALHADORES**



PROPOSTAS SOCIALISTAS PARA ACABAR COM A CRISE

CONJUNTURA

OS DOIS LADOS REPRESENTAM OS PATRÕES.
CONSTRUIR O CAMPO DOS TRABALHADORES

EXPLORAÇÃO E PRECARIZAÇÃO

EMPRESA “ALMAVIVA” (AL): EXPLORAÇÃO
SEM LIMITES

NEUTRALIDADE?

JUDICIÁRIO SEMPRE ESTEVE A SERVIÇO DOS
CAPITALISTAS

FORMAÇÃO

A DEMOCRACIA E SEU FUNDAMENTO DE
CLASSE

52 ANOS DEPOIS: GOLPE?

IMPEACHMENT É GOLPE? A BURGUESIA
PRECISA DOS MILITARES?

ARGENTINA

CRISE, DEMISSÃO, ATAQUES AOS DIREITOS: A
CRISE É INTERNACIONAL

CONSTRUIR O CAMPO DOS TRABALHADORES

Os problemas econômicos e sociais que enfrentamos não são problemas de gestão desse ou daquele governo. Desemprego, inflação e a falta de serviços públicos decorrem da própria lógica do capitalismo de buscar o lucro acima de tudo.

A luta de quem quer a mudança real dessa sociedade, as/os revolucionárias/os, é de estar com todos/as trabalhadores/as e dialogar para que pensemos a partir de nossas necessidades, e não pensarmos os interesses dos patrões, pois estes nunca se preocupam e não se preocuparão conosco, estarão sempre ligados a todo governo para atacar a nós, o povo trabalhador. Assim, a patronal e os governantes são sempre nossos inimigos.

Essa é uma luta decisiva principalmente nestes momentos em que uma parte da classe trabalhadora, no afof de lutar contra um governo que piorou as suas condições de vida, se ilude e participa das manifestações lideradas pela oposição de direita ao governo.

Outra parte, convencida de que haverá golpe, sai às ruas para “defender a democracia” e participa de atos que no fundo servem de defesa do governo e do próprio PT. Assim, mesmo que sem a intenção, legitima-se um governo que desfere duros ataques aos trabalhadores.

Em ambos os posicionamentos o que destacamos é que não estão em debate as reivindicações que de fato interessam aos trabalhadores. Saúde e educação públicas, redução da jornada de trabalho, garantia do emprego não aparecem na pauta desses setores. A razão é simples, tanto a defesa do governo quanto a defesa do impeachment não se propõem a lutar pelas reivindicações dos trabalhadores.

Mas há ainda outra parte da classe trabalhadora que não está nem com Dilma e nem com a oposição de direita, pois já fez a experiência tanto com governos do PMDB, PSDB e agora com o PT.

Nesse sentido, pensamos que é decisivo construir um movimento de unidade da esquerda antigovernista que coloque no centro do debate um programa de defesa das reivindicações da classe trabalhadora. Para isso, é preciso total independência tanto desse governo

quanto da oposição de direita.

O PROGRAMA DE TEMER É A FAVOR DA BURGUESIA

Com a possibilidade cada vez maior da queda de Dilma vários setores parlamentares já se movimentam para a construção do “futuro governo”. Temer lidera esse processo com negociações avançadas com o PSDB, economistas como Delfin Neto e setores empresariais como a FIESP. Na verdade seria uma nova rearticulação de forças burguesas no parlamento com PMDB e PSDB encabeçando sem disfarce algum o governo. Fala-se que até já houve divisão de cargos.

É uma rearticulação de forças para implementar as medidas que o governo não teve forças para fazer (uma das razões de Dilma ter perdido apoio entre os burgueses). Todas elas visam retirar ainda mais direitos. As bases políticas para essa rearticulação são o chamado “Ponte para o futuro”, elaborado em fins do ano passado, e agora o “Programa do Temer -2”, ainda não divulgado em sua redação final.

Temer propõe fixar idade mínima para aposentadoria, a desindexação das verbas para a saúde e a educação públicas (hoje os governos são obrigados e investir um percentual mínimo nessas áreas), manter o superávit para continuar pagando a dívida, enfim, uma agenda de mais ataque aos já massacrados direitos dos trabalhadores. É em torno desse programa que partidos burgueses e os setores empresariais apoiariam a constituição de um novo governo Temer.

UM PROGRAMA PARA RESOLVER A CRISE A FAVOR DOS TRABALHADORES

Nas crises as classes sociais procuram saídas que as favorecem. A burguesia, controlando os meios de comunicação e a riqueza que nós produzimos, está construindo a sua saída. Vai procurar colocar na presidência e nos ministérios pessoas que vão fazer de tudo para manter os seus privilégios. E trabalhadores? Vão continuar “pagando pela crise”, com mais sacrifícios para os ricos continuarem mais ricos e os pobres mais pobres? Se depender da burguesia, sim.



Por isso, pensamos ser fundamental para a classe trabalhadora não se perder entre essas falsas alternativas PT X PSDB e PMDB e sim levantar bem alto as suas reivindicações e propostas para responder à crise, pensando nas suas próprias necessidades.

De nossa parte pensamos que os itens abaixo podem ajudar a responder aos problemas que a nossa classe precisa enfrentar. Mas, programa não pode ser por imposição. A partir do debate no movimento e com os trabalhadores podemos avançar para outras elaborações de unidade. Ressaltamos:

- Para ter saúde, educação, transporte públicos: Não pagamento da dívida pública!
- Reduzir a jornada de trabalho para ter emprego para tod@s!
- Nenhuma demissão: estabilidade no emprego! Salário mínimo do DIEESE!
- Não ao ajuste fiscal: nenhum direito a menos.
- Revogação da Lei “antiterrorismo”! Não a criminalização dos movimentos sociais.
- Reforma Urbana. Nenhum imóvel desocupado. Congelamento dos aluguéis!
- Reforma agrária sob controle dos trabalhadores!
- Estatização do sistema financeiro, sob controle dos trabalhadores
- Cadeia para todos os corruptos e corruptores! Expropriação de todos os seus bens!
- Petrobrás 100% estatal. Todos os recursos minerais, sob controle dos trabalhadores!
- Expropriação dos capitalistas exploradores: controle operário da produção!
- Pela revolução socialista!

PARA REAFIRMAR: NEM DILMA, NEM OPOSIÇÃO BURGUESA

O impeachment só pode ser compreendido no marco da disputa entre frações do capital (cada uma delas com apoio de setores da burocracia sindical) para controlar o aparato estatal e seus cargos. Quando olhamos os projetos dos dois lados nos deparamos com propostas como a reforma da previdência, o pagamento da dívida pública, o envolvimento com a corrupção e um longo etcetera de semelhanças.

A eventual saída de Dilma e a entrada de Temer (que é quem assume caso Dilma perca o mandato pelo impeachment) é uma tentativa de um setor da burguesia para imprimir um ritmo mais forte para as medidas, visando a retomada um novo ciclo de crescimento para o capital. Dilma e o PT perderam a capacidade de impor essas medidas e por isso vários setores da burguesia estão a favor do impeachment e inclusive financiando os atos e manifestações.

No nosso modo de ver as coisas hoje o impeachment atende em primeiro lugar

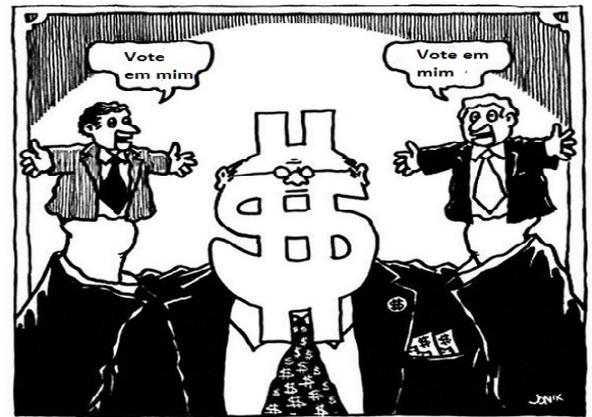
a propósitos de setores reacionários que lutam para retirar o PT do governo e ocupar o seu lugar para construir uma nova coligação de partidos que aplique aquelas medidas pró-capital que Dilma não conseguiu aplicar no ritmo e intensidade desejadas pela patronal.

Outro elemento a ser analisado é que a direção política (e também de alguns setores de base desse movimento pró impeachment) é ideologicamente de direita. Querem não só derrubar Dilma, mas também a adoção de medidas que acabem com os já escassos programas sociais, a aprovação de leis contra a liberdade de orientação sexual, contra as mulheres e outras medidas de cunho reacionário. E olhe que Dilma e o PT já pioraram muitas as coisas nesse sentido.

Por essas razões, não estamos defendendo o impeachment. Ele não vai fortalecer a luta da classe trabalhadora. Ganhe o

impeachment ou fique Dilma os problemas e desafios da classe trabalhadora serão os mesmos: enfrentar a ofensiva dos patrões contra os nossos direitos. Não achamos também que a queda de Dilma se trata de golpe (ver matéria sobre esse tema neste jornal).

Também é importante frisar a nossa oposição intransigente e de esquerda ao governo Dilma. Não defendemos e não vamos defendê-lo, pois o consideramos um governo a serviço dos patrões, inimigo portanto dos trabalhadores.



O JUDICIÁRIO TEM LADO: ÓRGÃO AUXILIAR DO CAPITALISMO

A Operação Lava Jato, que já resultou em prisões e condenações (que podem ser revertidas por recursos aos tribunais) fez surgir nas ruas um importante apoio ao juiz Sérgio Moro, inclusive alguns defendendo-o para Presidente da república. Algo parecido com o que já tinha acontecido com Joaquim Barbosa por ocasião dos julgamentos do mensalão.

O próprio “Data Folha” o incluiu na última pesquisa sobre os preferidos para ser o próximo Presidente da República. Fortalecimento este que se estende também ao Poder Judiciário.

Ainda que os processos não tenham chegado ao fim (podem recorrer aos tribunais de segunda instância) e a probabilidade de os políticos e os empresários se safarem existir, não se pode negar esse processo e conseqüentemente a necessidade de debater com os trabalhadores o papel do judiciário em uma sociedade dividida em classes sociais.

O fato de haver condenações de empresários e políticos não muda o caráter do judiciário, mas pelo contrário, reafirma seu caráter de defesa dos patrões. O tamanho da corrupção e a quantidade de empresas envolvidas (e conseqüentemente o montante de dinheiro) levou a um aumento “fictício” no valor pago pelos governos (de todos os partidos e de todos os estados e municípios), desviando uma parte de capital que deveria ir para outros setores da burguesia, como o financeiro. Significa que o dinheiro desviado poderia ir para banqueiros (pagamento

CONSTRUIR PLENÁRIAS DE BASE

Um programa sem os trabalhadores se apropriarem é apenas um jogo de palavras. Para ganhar força material é preciso que a classe trabalhadora se aproprie dele e lute para realizá-lo.

Para ir neste sentido pensamos ser importante criar espaços de organização e a partir deles ampliar ações para ganhar a classe para a luta independente, dando vida e força a um programa discutido e votado por plenárias de base.

O Espaço Socialista há algum tempo tem defendido a realização de plenárias de base para se contraporem ao teatro da burocracia petista e cutista no movimento e também para combater a oposição de direita. Foram vários os chamados de unidade aos demais setores de esquerda, sem, no entanto, obter resposta.

Pela urgência, a partir das nossas modestas forças, reforçamos o chamado a todas as forças de esquerda e entidades do movimento de massas para a construção dessas plenárias de base.

da dívida), empresários industriais em vez de ir para as empreiteiras. Não é por acaso que são empresas que atuam no setor de construção que são investigadas e condenadas. Neste caso as ações do judiciário não visam acabar com a corrupção mas regular as disputas entre as frações da patronal que se sentem prejudicadas.

Há outro elemento que deve ser analisado também. Os políticos e funcionários públicos **graduados** precisam ser controlados pelos órgãos do capital e como esses são os

principais agentes da corrupção, aqui o judiciário intervém para cumprir o papel de controle sobre esses agentes.

Então, onde parece que o judiciário está de fato combatendo a corrupção, ele está de fato “recolocando as coisas em seu lugar”, atuando como um órgão de defesa do capital, para que o Estado possa cumprir a sua função primeira de gestor do capital de conjunto e não somente para uma fração.

JUDICIÁRIO E JUÍZES FORTES: BURGUESIA PROTEGIDA

Como um órgão que defende uma classe, as ações principais do judiciário sempre visam atender às necessidades do capital. Os tribunais superiores – onde as questões jurídicas são decididas de fato - dão a última palavra e orientam todo o sistema. É, pois, esse o papel do Poder Judiciário em uma sociedade capitalista. Regular as disputas inter burguesas e manter os trabalhadores sobre controle com ameaças permanentes de condenação e prisão se usarem questionar a “ordem”.

Porém o Judiciário não pode se mostrar exatamente como é, precisa se apresentar como se fosse algo independente, neutro, acima das classes sociais. Mas, quando vemos o cotidiano



do judiciário, em todos os lugares, vemos pobres e negros sendo condenados (vejamos como estão os presídios), ricos e poderosos sendo poupados e tendo privilégios (a maioria dos condenados pelo mensalão já estão livres), os direitos conquistados na luta sendo relativizados (na justiça do trabalho, quando o trabalhador vai reclamar seus direitos normalmente é oferecida uma “conciliação” para ele abrir mão de parte de seus direitos...).

O fortalecimento do poder judiciário é o fortalecimento de um órgão da classe burguesa, portanto, significa mais proteção para a burguesia continuar cometendo as suas “injustiças”, significa dar a ele mais legitimidade (parecer cada vez mais neutro...) perante a sociedade para tomar decisões contra os trabalhadores. Podemos citar como exemplo a decisão do STF em reconhecer que a “Lei da anistia” tinha validade na constituição, o que significou que centenas de torturadores e assassinos da ditadura continuem soltos estejam hoje inocentados.

NÃO HÁ CAPITALISMO SEM CORRUPÇÃO

O capital, para se reproduzir, necessita da existência do mercado, onde acontecem as trocas de mercadorias. E mercado é sinônimo de concorrência.

Em ramos em que há muita diferença de produtividade e de desenvolvimento técnico entre as empresas, a competição está resolvida: o que tem menos custo na produção consegue melhor localização no mercado.

No entanto, quando em um ramo existem muitas empresas com o mesmo nível técnico e, portanto, com custos parecidos, as empresas “precisam inventar” mecanismos para vencerem a concorrência. Aí se localizam os acordos

para fraudes nas licitações, a corrupção de políticos e funcionários públicos, as fraude nos serviços (executa-se menos serviço do que de fato se recebeu para executar), enfim, várias formas.

Hoje está em mais evidência a Operação Lava Jato. Antes foi o mensalão, o prédio do Lalau (Tribunal do Trabalho em São Paulo) e tantos outros. Mas tem a fraude da merenda escolar, as obras do rodoanel e da linha 4 do metrô. No Rio de Janeiro as obras para a Copa do Mundo e agora para as olimpíadas.

E não só no Brasil. Quantos casos de corrupção vimos nos Estados Unidos, Itália, Argentina, etc?

E outra coisa em comum a todos os países e estados é que os magnatas, quando são presos, ficam pouco tempo na cadeia.

Só uma sociedade sem classes sociais e com mecanismos de controle das funções pelos trabalhadores é que podemos pensar em um mundo sem corrupção.

“SE GRITAR PEGA LADRÃO, NÃO FICA UM”

Quando fechávamos essa edição circulou pela internet a chamada lista da Odebrech, com os valores que políticos receberam de doação da empreiteira. São 316 políticos (das três esferas), de todos os partidos (excetuando-se logicamente os realmente de esquerda), desde o PT até os que acusam o PT, como PSDB, DEM e outros. É evidente que a lista não é nenhuma surpresa para nós. Não é novidade que o poder econômico é o que de fato elege os políticos. Tamanha servidão dos políticos aos empresários só pode ser explicada pelo controle que os empresários exercem sobre eles.

Por isso votam tantos projetos a favor dos empresários. É como se diz: quem contrata a banda, escolhe as músicas.

A BURGUESIA PRECISA APELAR AO GOLPE?

Dia 31 de março completaram 52 anos do golpe militar. Data que não pode ser esquecida. Luta que não pode ser esquecida, até mesmo para enfrentar os novos golpistas.

Agora, nas mobilizações de rua pela derrubada de Dilma há um setor – minoritário- que defende abertamente a “intervenção militar”, ou seja, um golpe militar para restringir as liberdades

democráticas.

Em 1964, era um período em que as burguesias, e sobretudo o imperialismo estadunidense, respondia a qualquer radicalização com o endurecimento do regime político. Aconteceram golpes no Uruguai, na Argentina, Bolívia e em outros vários países do mundo.

Mas, mesmo diante da atual crise política, poderia acontecer um golpe

militar ou mesmo um civil que acabaria com – as já poucas- liberdades democráticas?

NÃO VAI TER GOLPE!

Esse debate ressurgiu de um lado pela presença desse setor da direita nas atuais mobilizações e de outro por uma política do governo e dos governistas em associar o impeachment a um golpe,

pois, segundo eles, não houve a prática de crime de responsabilidade que justifique o processo de afastamento de Dilma do governo

Com dificuldades de fazer a defesa de Dilma pelas suas realizações, restou aos governistas e ao próprio governo lançar mão do argumento de que se trata de um golpe. Uma forma “indireta” de defesa do mandato de Dilma, pois derrotando o tal golpe Dilma permaneceria no cargo.

Nós avaliamos que não se trata de golpe, **mas de uma disputa entre frações do capital que lutam entre si para controlar o Estado e seguir com os planos de exploração sobre os trabalhadores.**

E também sabemos que nas disputas inter-burguesas lança-se mão de todo tipo de manobra, aliás, manobras que o PT usou e abusou para fazer aprovar leis no parlamento contra os direitos dos trabalhadores.

Em relação a um possível golpe militar – ou intervenção militar – também avaliamos que essa possibilidade não está entre as opções da burguesia.

Primeiro porque nos países com ditaduras militares – a despeito de terem conseguido derrotar as mobilizações sociais e implementar fortes planos de arrocho – houve a unificação de amplos setores de oposição na resistência aos militares, o que muitas vezes criou instabilidades políticas que poderia até levar a rupturas da “normalidade” burguesa.

Segundo que nas últimas décadas os regimes “democrático burguês” tem sido muito mais efetivos aos planos do capital. As ilusões de que na próxima eleição pode mudar o governante com o voto,

o isolamento da oposição operária e revolucionária são ganhos que o capital não teria em uma ditadura.

Terceiro porque as forças burguesas tem o controle completo das instituições burguesas, como o parlamento, o judiciário e os órgãos de repressão prontos a agir ao primeiro chamado.

Claro que a intervenção militar não está superada historicamente pela burguesia. A burguesia não tem escrúpulos em utilizar as formas mais violentas para garantir a sua dominação e se for preciso utilizará esse recurso.

UMA DEMOCRACIA CADA VEZ MAIS AUTORITÁRIA

O argumento de golpe não passa de uma tática dos governistas para defender um governo indefensável por tantos ataques aos direitos dos trabalhadores.

Os ataques mais recentes às garantias democráticas na verdade partiram do próprio governo e com o consentimento e votos dos deputados petistas.

Para se ter ideia Dilma acaba de sancionar a “lei anti-terrorismo” que abre a possibilidade de criminalizar o movimento social e enquadrar ativistas como terroristas com pesadas penas se houver condenação. A presença de serviços de inteligência (espíões), as escutas ilegais, infiltrados nos movimentos são outros mecanismos utilizados pelo Estado (sob a tutela de Dilma e do PT) para vigiar os movimentos sociais.

Esse é só um exemplo. A chamada democracia burguesa no Brasil tem se caracterizado pelo autoritarismo e o desrespeito até mesmo a direitos democráticos mínimos.

Forças policiais com licença para reprimir as mobilizações, os assassinatos de militantes por forças de segurança privadas (e sem qualquer investigação por parte do Estado), os processos judiciais, os ataques ao direito de greve e de manifestação é parte do cotidiano daqueles que não aceitam as atuais condições de vida e de exploração.

Esse tipo de “democracia” é uma característica dos países periféricos que precisam

manter os trabalhadores sob o mais severo controle para continuar a exploração de forma tão intensa.

ALGUNS MITOS SOBRE A DITADURA

A propaganda dos golpistas procura responder a algumas questões que a maioria da população vê como os principais problemas da política, como a corrupção, ajeitar o Brasil, acabar com a violência, etc.

Mas será que no período da ditadura esses problemas não existiam? Vejamos alguns:

Corrupção: Sabidamente a corrupção é praticamente uma epidemia no Brasil. Mas, também não é novo a corrupção no país. E, para a tristeza dos que defendem o golpe, a ditadura coleciona muitos casos de corrupção:

- Contrabando na polícia do exército no Rio de Janeiro. O militar envolvido – inocentado – depois se transformou no principal nome do jogo do bicho;

- O delegado Fleury, principal nome das torturas, dava proteção a um traficante paulista;

- Os governadores eram indicados pelos militares (não havia eleição direta) e entre esses nomeados estão nomes como Paulo Maluf em São Paulo, Antonio Carlos Magalhães na Bahia, conhecidos pelo envolvimento em inúmeros casos de corrupção;

- Regalias (direito a carro, empregadas e outros mordomias) para generais, tudo pago com dinheiro público.

Melhorar o Brasil: desemprego, arrocho salarial, retirada de direito são problemas que a classe trabalhadora – mesmo os “extratos médios ou classe média” – enfrenta.

Ilude-se quem acha que são problemas “da democracia”. O acúmulo da riqueza no capitalismo tem na exploração sobre os trabalhadores o seu fundamento. A chamada democracia burguesa ou a ditadura sempre estão a serviço de essa exploração se tornar mais eficiente. O “milagre econômico” foi sustentado no crescimento do endividamento externo, na ausência de políticas sociais e no arrocho salarial.

O crescimento das favelas, as doenças, a falta de saneamento básico eram só alguns dos problemas que os trabalhadores e pobres enfrentavam.

As lutas operárias em fins dos anos 70 e início dos anos 80 foi uma resposta dos operários ao arrocho salarial e as



condições de vida que a política econômica dos militares impôs sobre a classe trabalhadora.

Acabar com a crise econômica. A crise econômica de 1982/1983 (ainda sob governos militares) foi uma das mais graves do país. Desemprego as alturas, inflação, falta de alimentos nos supermercados. As crises econômicas fazem parte da história do capitalismo. Governos capitalistas democráticos ou ditatoriais não escapam às crises capitalistas que surgem de tempos em tempos surgem e trazem com ela piores condições de vida para os trabalhadores.

GOLPISTAS SÃO MINORITÁRIOS

Quando caracterizamos os participantes das mobilizações contra Dilma, percebemos que os que defendem o golpe militar são minoritários. Mesmo com o tema em evidência está restrito a

alguns grupos de direita e fascistas.

Mas, como também nos deparamos com o crescimento de ideias conservadoras e de direita, temos presenciado várias “ousadas” de militantes da direita que passam a provocar e até com tentativas de agressão a militantes do movimento social de esquerda, a negros e homossexuais.

Por isso é importante pensar em algumas medidas de segurança nas ações políticas para proteger os militantes e os trabalhadores, vistos como inimigos desses grupos de direita.

A LUTA PELAS CONQUISTAS DEMOCRÁTICAS

Poderíamos aqui enumerar uns tantos outros exemplos que dizem que com ditadura as coisas melhoram. Como vimos trata-se de mitos e mentiras a serviço de dar a uma das forças

repressivas mais poder político. Não temos nenhuma ilusão na democracia burguesa, pois ela também está a serviço da dominação dos capitalistas, de manter a exploração sobre os trabalhadores.

No entanto, isso não quer dizer que a democracia burguesa seja igual a ditadura. As condições de luta sob um regime ditatorial são muito mais duras, mais difíceis. É inegável que, reconhecendo os limites da democracia burguesa, quando há liberdades democráticas as condições para organizar a luta são menos difíceis.

Por isso que a luta pelo aprofundamento das liberdades e garantias democráticas é um ponto importante do programa dos revolucionários, pois a depender da burguesia e dos seus defensores os direitos democráticos serão cada vez menores.

EMPRESA ALMAVIVA OFERECE EMPREGO...E EXPLORAÇÃO

Falar sobre o papel da empresa Alma Viva no Brasil é falar sobre a precarização do trabalho e sobre a falta de alternativas para o Capital oferecer qualidade de vida para a classe trabalhadora e, sobretudo, para a juventude. Em meio à crise inexorável que o modo de produção capitalista vem sofrendo desde a década de 1970, com sua expressão mais recente no Brasil em 2008, o Capital busca novas formas de se sustentar, abrindo novos mercados, nichos de exploração e extração de mais-valia e barateamento da produção. A precarização do trabalho, assumindo as mais diversas formas, mais uma vez se coloca como uma dura realidade para a classe trabalhadora.

Contrastando com os dados fornecidos pelo governo, o qual é gerente dos interesses do Capital, as condições de trabalho mostram claro desgaste nos últimos anos. Apesar de o índice de desemprego não demonstrar números tão alarmantes, o que vemos é um deslocamento das oportunidades de trabalho saindo do setor formal para o setor informal.

Segundo o IBGE, entre outubro de 2008 e fevereiro de 2009, cerca de 18,3% de brasileiros migraram para os subempregos e empregos informais. Isso significa dizer que, durante este período, cerca de 114 mil pessoas buscaram oportunidades em empregos sem carteira

assinada, bicos ou tentaram abrir um pequeno negócio.

Em 2015, ainda conforme o IBGE, o índice de trabalhadores autônomos nas principais cidades brasileiras atingiu a marca de 19,5%, o maior índice dos últimos oito anos. Esse setor representa uma parcela da sociedade que sobrevive com um rendimento de R\$ 1.300 ao mês, entre altos e baixos, devido à instabilidade que essa prestação de serviços oferece.

Soma-se a isso a dificuldade que esses trabalhadores possuem em contribuir para a previdência social. O que se tem são pessoas que passam a maior parte de suas vidas trabalhando em condições precárias, sem direitos trabalhistas e que se aposentam sem receber o devido retorno da sua contribuição para a sociedade.

A precarização das condições de trabalho e o desemprego são elementos essenciais do modo de produção capitalista. É a partir disso que o capital pode curvar a vida das pessoas às suas necessidades. Sobre a pena de ter a nossa



vida jogada na miséria, sujeitamos-nos a qualquer forma de exploração e expropriação do nosso trabalho.

A escassez de empregos formais e as demissões em massa que ocorreram em decorrência da crise, empurraram os trabalhadores para o setor de trabalhos autônomos e informais. Essa lógica é extremamente interessante para o Capital, pois as empresas que oferecem a carteira assinada agora podem explorar de forma cada vez mais direta os trabalhadores, os quais, temendo ser colocados para fora do mercado de trabalho, sujeitam-se a condições desumanas de exploração.

É nesse quadro, de precarização do trabalho, que a empresa italiana Almagora se instaura em Maceió. Chegando na capital alagoana em 2013 –

a partir de incentivo fiscal dados pela prefeitura de Maceió às empresas de Call Center e Telemarketing –, a multinacional se expandiu a ponto de contar, ainda no final do ano passado, com três unidades de trabalho que se localizam nos bairros do Salvador Lyra, da Serraria e do Benedito Bentes.

Cada passo de sucesso dado pela empresa tem sido celebrado, desde então, por parlamentares e por parte da grande mídia local. O atual prefeito, Rui Palmeira (PSDB), com muito louvor, destacou a geração de empregos no atual contexto nacional de crise econômica. Um fato importante a ser ressaltado é que, dentre todas as cidades onde a AlmaVivA possui sede (em países como a África do Sul, Bélgica, Brasil, Colômbia, Estados Unidos e Tunísia), Maceió é a que mais possui trabalhadores empregados pela empresa, contando – atualmente – com cerca de 8 mil trabalhadores empregados.

Toda essa situação, evidentemente, traz profundo entusiasmo à ordem política local. Entre sorrisos e aplausos, em novembro de 2015, a Câmara Municipal de Maceió concedeu títulos de Cidadão Honorário aos presidente e vice-presidente da empresa AlmavivA no Brasil pelos “benefícios trazidos para o desenvolvimento local”. Jovens em sua maioria, as trabalhadoras e trabalhadores contratados pela empresa italiana, no entanto, têm uma opinião diferente sobre a multinacional.

As denúncias feitas por pessoas empregadas pela AlmavivA em Maceió tem crescido. De acordo com o

Ministério Público do Trabalho, enquanto no ano de 2014 a empresa recebeu 4 denúncias por maus tratos a trabalhadores, no ano de 2015 esse número saltou para 37. Desde que a AlmavivA se instalou na cidade, a Justiça do Trabalho de Alagoas contabilizou cerca de 300 processos feitos por empregados da empresa.

A lista é vasta, as injúrias são profundas: sobrecarga de trabalho, assédio moral, demissão sem aviso prévio, horas extras não-pagas, falta de atendimento médico, descontos indevidos de salário, não-registro profissional na Carteira de Trabalho e Previdência Social, controle abusivo das idas ao banheiro, pressão por produtividade, expedientes aos domingos e feriados, pausas muito breve para alimentação etc. Essas agressões aos trabalhadores, para a felicidade dos cofres da multinacional, são praticadas pelo preço de um salário mínimo. O discurso da empresa, todavia, é de que ela “valoriza a integridade e bem-estar de seus colaboradores, segue estritamente a legislação trabalhista e não admite comportamentos tidos como impróprios dos gestores”.

Apesar do cinismo, as feridas gritam: além de todas as acusações que a AlmavivA tem recebido de seus próprios trabalhadores em Maceió, uma médica que atendia os operadores de telemarketing da empresa relatou no ano passado, ao jornal Tribuna Hoje, que as várias enfermidades que aqueles desenvolviam estavam associadas às suas condições de trabalho. A Procuradoria

do Trabalho em Alagoas indicou que as doenças diagnosticadas com mais frequência são infecção urinária e transtorno mental. Em Sergipe, em junho do ano passado, a trabalhadora Bárbara Monique Souza morreu após sofrer convulsões e ataque cardíaco enquanto trabalhava em uma das unidades da empresa.

Este fardo, carregado pela juventude alagoana, é ocasionado pelo funcionamento do modo de produção capitalista: defende-se, acima de qualquer coisa, o lucro empresarial; impondo-se contra o bem-estar da classe trabalhadora.

Cada uma das negligências, assédios e violências praticadas pela empresa italiana representam maneiras de barateamento dos custos do serviço de telemarketing, e de amordaçamento político desses jovens trabalhadores. Na medida em que estão sob constante ameaça de demissão e num frenético ritmo de trabalho, os operadores de telemarketing se veem em constante perigo. É preciso, pois, combater essas condições de emprego!

→ Fim do assédio moral e da pressão por metas!

→ Por um local de trabalho onde se tenha acesso ao atendimento médico!

→ Chega de descontos e advertências por pequenos atrasos!

→ Pela contratação de mais funcionários para acabar com a sobrecarga de trabalho!

→ Por maiores pausas para alimentação, necessidades fisiológicas e repouso!

→ Por uma sociedade sem exploração!

DEMOCRACIA E SEU FUNDAMENTO DE CLASSE

SÉRGIO LESSA

É muito frequente, quando há uma crise política, gritar-se a todos os pulmões que a democracia está em jogo. Supostamente, isto significaria que há uma ditadura em gestação que ameaçaria destruir a democracia. Democracia e ditadura são, então, assumidos como sendo formas excludentes, contraditórias, da organização política do Estado. O que é democracia não pode ser ditadura e vice-versa. Para o mal da ditadura, o remédio universal seria a democracia – pois, afinal de contas, a democracia seria um valor universal.

Esta concepção faz parte da ideologia dominante em uma sociedade burguesa

—, naquele sentido, assinalado por Engels, de que as ideias dominantes em uma sociedade de classe tendem a ser as ideias da classe dominante. Ela brota — com uma necessidade cotidiana, espontânea – das próprias contradições geradas pela propriedade privada, pela exploração do homem pelo homem. No Jornal Espaço Socialista deste mês e do mês que vem tocaremos em temas que poderão ajudar a aprofundar essa discussão. Hoje, trataremos da democracia e, no próximo número, do Estado de Bem-Estar e do fascismo.



AS ORIGENS DA DEMOCRACIA

A democracia apareceu, na história da humanidade, apenas em dois períodos. O primeiro foi na Grécia Clássica, cerca de 500 anos antes de Cristo. O segundo período tem início no século 19 e se estende até nossos dias: é o período do capitalismo maduro (alguns acrescentariam, “de podre”).

Fora disso, a democracia nem como tema de debate, esteve presente. Trata-se, portanto, ou de uma questão muitíssimo antiga ou bem mais recente. Veremos que, entre elas – separadas por mais de dois mil anos – além das naturais diferenças, há uma coincidência marcante: a limitação da liberdade à classe dominante.

A GRÉCIA E A DEMOCRACIA

Dentre as cidades-estado gregas, Atenas era especial. Suas condições geográficas impediam que fizesse uma agricultura de cereais como no Egito ou na Mesopotâmia (meu caro leitor, pegue um mapa!). Isto era importante, naquela época, porque todos os grandes impérios até então (Babilônia, Egito e Pérsia) tinham no trabalho escravo ou camponês para a produção de cereais sua principal fonte de riqueza.

Sem a agricultura, para sua classe dominante restava o comércio. A expansão comercial, contudo, requeria uma expansão militar, o que gerava um grande problema. Como Atenas não podia fazer agricultura de cereais de larga escala, não tinha recursos para montar um exército gigantesco como, naqueles anos, podia fazer o Império Persa. Sua alternativa era um pequeno exército que fosse, em combate, mais eficiente do que o gigantesco exército persa. Quem assistiu ao filme “300” (de péssima qualidade, enquanto filme) pôde perceber a superioridade do exército grego nas Termópilas (mapa! caro leitor): lutava como um conjunto articulado e organizado, disciplinado ao extremo e seu desempenho militar era muito superior às desorganizadas e indisciplinadas hordas persas.

Para conseguir essa coesão e disciplina no campo de batalha, era preciso que cada soldado grego tivesse um interesse direto na vitória. Em poucas palavras, era preciso uma ordem social na qual a expansão militar trouxesse a possibilidade do enriquecimento de cada

soldado. Vejam: era preciso que os interesses do proprietário privado coincidisse com a expansão militar. Apenas nessas condições ter-se-ia um soldado disposto a morrer em combate para defender a cidade, pois ele sabia que isto era o mesmo que defender o seu enriquecimento e o de sua família.

Era preciso, então, um acordo político que garantisse a cada cidadão uma participação – não igualitária, como veremos – na riqueza que viesse com a expansão militar e comercial. Esse acordo deveria englobar aqueles que pudessem ser soldados no campo de batalha: além dos indivíduos masculinos da classe dominantes, os pequenos comerciantes, pequenos camponeses, artesãos, artistas, funcionários públicos etc.

Esse acordo é a democracia ateniense.

Era um acordo da classe dominante com seus aliados, tendo em vista a expansão militar e econômica com base na exploração do trabalho escravo. A democracia dava mais poderes aos ricos do que aos cidadãos menos ricos ou pobres e, dela, estavam excluídos as mulheres, as crianças e a maior porção da sociedade, os escravos.

Veja: a democracia ateniense não apenas era compatível com a manutenção do escravismo e do patriarcalismo, antes, estes eram imprescindíveis para sua própria existência.

A EXCLUSÃO DOS ESCRAVOS MERECE UMA EXPLICAÇÃO

Na produção escravista, o escravo entra como instrumento de trabalho, como ferramenta, como meio de produção. Tal como um cavalo ou um boi, ele é apenas uma reserva de energia a ser empregada na produção. Tal como um cavalo ou um boi, ele trabalha sob o chicote e meramente executa ordens, não lhe cabendo qualquer decisão sobre o quê e o como está sendo produzido. Esta é uma relação de produção que apenas pode se reproduzir reduzindo-se o escravo a um animal, portanto, o excluindo da humanidade.

Isto é uma decorrência não de ideias ou concepções atrasadas, mas uma consequência direta de como se organiza

a produção com base no trabalho escravo. O escravo é uma propriedade do seu senhor, tal como o cavalo ou o boi; tal com um boi ou cavalo, cabe a ele gastar a sua energia física naquilo que o chicote de seu proprietário ordenar. Ele não estabelece, com a sociedade, uma relação enquanto ser humano, mas, apenas, enquanto um instrumento de produção: um boi ou um cavalo, ele é comprado e vendido, é mantido vivo para trabalhar apenas na medida em que for lucrativo para seu proprietário e assim por diante.

Por isso, quando Aristóteles define o escravo como um “instrumento [de trabalho] que fala”, ele não está com preconceito contra os escravos, nem está falsificando a realidade em que viveu. Está apenas elevando à teoria aquilo que de fato, realmente, tem lugar no modo de produção escravista: o escravo não é parte da humanidade, é um instrumento de produção e, por isso, não é um cidadão. Isso é muito importante e, por isso, insistimos: negar a cidadania ao escravo grego não era fruto de um preconceito de classe, um problema da esfera das ideias e concepções. Era fruto de uma relação de produção na qual a humanidade do escravo não tinha lugar e, portanto, na qual o escravo não participava como ser humano, apenas como um instrumento de produção.

A democracia ateniense, portanto, era democrática – e escravista! Era democrática — e patriarcal! A maioria das pessoas estava democraticamente excluída da participação política. Vejam: na Grécia, democracia, privilégios e poder da maioria sobre a minoria; cidadania e exploração do homem pelo homem; liberdade e opressão das mulheres, eram complementares, não eram excludentes.

A DEMOCRACIA DOS NOSSOS DIAS

Com o capitalismo, a reprodução do capital se dá pela extração da mais-valia – e, esta, apenas pode ser produzida ao se produzir mercadorias com o trabalho assalariado. Como o salário está também relacionado à quantidade de trabalhadores procurando emprego, quanto mais trabalhadores ofertando sua força de trabalho, melhor para o capital.

O trabalhador apenas pode ser um vendedor de sua força



TRABALHO ABSTRATO E CIDADANIA

Para a acumulação de capital é imprescindível que tudo o que se produz na sociedade tenha a forma de mercadorias. Pois a mercadoria tem uma propriedade essencial ao capitalismo: ela é portadora da mais-valia.

Para que o lucro do capitalista seja o maior possível – para que a taxa de mais-valia seja

a mais elevada possível – é imprescindível que o capitalista possa comprar apenas e tão somente a força de trabalho e, não, a totalidade do indivíduo que é o trabalhador. É preciso, assim, dissociar a força de trabalho da pessoa do trabalhador, abstrair — da força de trabalho — o indivíduo real, concreto, de carne e osso, que é o trabalhador.

Hoje, isso pode parecer normal e simples. Mas, no escravismo e no feudalismo, era preciso ter a posse do trabalhador como um todo para que se pudesse explorar a sua força de trabalho. A pessoa do escravo é propriedade do seu senhor enquanto uma totalidade: cabe ao seu dono custear suas condições mínimas de vida, etc. O servo, com algumas modificações, conhece algo semelhante. Explorado pelo senhor feudal, ele tem o direito de tirar do feudo o que ele precisa para sobreviver.

No capitalismo essas coisas são separadas: a força de trabalho tem o seu valor estimado pelo tempo socialmente necessário para produzi-la. Se o operário fosse propriedade do patrão, este teria que o manter alimentado, saudável e trabalhando para que desse lucro. Agora, quando o capitalista apenas compra a sua força de trabalho (e não mais sua pessoa toda), não é um problema do patrão se o trabalhador adoeceu porque vive e se alimenta mal, mora em péssimas condições, é submetido a condições desumanas de trabalho e assim por diante.

Somos todos assalariados e, não, escravos ou servos, porque o trabalho assalariado possibilita a maior taxa de lucro para o capital. Imediatamente, porque desobriga o patrão de manter seu trabalhador; em segundo lugar, porque converte toda a produção em produção

de mercadorias – o que, como mencionamos acima, é fundamental para a acumulação do capital, já que apenas a mercadoria é portadora da mais-valia.

A pessoa concreta do trabalhador, ou seja, o que ele é enquanto pessoa real, que vive no dia a dia da sociedade, é dissociada da força de trabalho.

Veja bem: essa dissociação é, de fato, impossível. A força de trabalho não é uma entidade que anda com suas próprias pernas e que se põe a trabalhar por si própria. Ela é sempre a capacidade de produzir de um indivíduo. As relações de produção capitalista, contudo, operam esse “milagre”: convertem em mercadoria a força de trabalho do indivíduo. Este tem que vender sua força de trabalho para um capitalista para sobreviver e, ao fazê-lo, vende parte de si próprio ao capitalista como se o trabalhador, de fato, fosse constituído de partes distintas que pudessem ser separadamente vendidas.

O trabalho abstrato é isso: a força de trabalho da qual é “abstraída” o indivíduo que é seu portador. E o trabalho abstrato – e sua forma tão típica que é quase universal, o trabalho assalariado – faz parte da essência do modo de produção capitalista.

Pois bem, o trabalho abstrato é o fundamento da democracia de nossos dias.

TRABALHO ABSTRATO E DEMOCRACIA

Se, na produção, a pessoa do trabalhador é abstraída para que apenas nela entre a sua força de trabalho, na política vai acontecer algo parecido.

A pessoa concreta do trabalhador também não fará parte da cidadania. O pressuposto da cidadania, como vimos, é que todos nascem iguais, livres, racionais e ... proprietários privados! Todos agora são “iguais perante a lei”. Se, na vida real, o capitalista é um proprietário privado com poderes e privilégios que o permitem explorar os trabalhadores e proletários, isto não é nem um problema da cidadania nem da política (e, por extensão, nem do Estado). Se, na concorrência do mercado, os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, isso em nada altera a igualdade cidadã do mais miserável com o maior bilionário.

Sendo muito breve: no mundo das nuvens da cidadania, não há classes sociais. No mundo real da vida cotidiana,



de trabalho se for, dela, proprietário. Isso requer que – de forma muito breve – as relações de produção escravista e feudal fossem superadas já que, nelas, a força de trabalho pertencia aos donos de escravos e aos senhores feudais. Libertos do feudalismo, todos os trabalhadores são, então, declarados proprietários privados. A Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, no momento mais radical da Revolução Francesa, declara com todas as letras que os homens livres são, por sua natureza que lhes foi dada por Deus, racionais, livres e proprietários privados. Ser proprietário privado (quer de sua força de trabalho ou de seu capital) seria parte da essência do ser humano.

Se todos são proprietários privados e todos são iguais e livres, então todos são cidadãos. O Estado e o governo devem tratar a todos iguais e, as leis, devem servir a todos, indistintamente de suas qualidades pessoais ou das propriedades (força de trabalho ou capital) que possuam.

Percebam: para que todos possam vender sua força de trabalho no mercado, é preciso que todos sejam proprietários dessa força de trabalho e, portanto, que todos sejam participantes da comunidade com iguais direitos e deveres. Todos, agora, sem exceção, são cidadãos. Se, na Grécia, os interesses da classe dominante exigia que o escravo fosse reconhecido como não-humano, agora, com o capitalismo, os interesses da classe dominante requerem o oposto: todos devem ser, igualmente, cidadãos e, portanto, proprietários privados.

Há, todavia, por trás da cidadania, outra igualdade, ainda mais profunda e que diz respeito à esfera da produção: a do trabalho abstrato.

o mercado rege a relação da burguesia com o proletariado. Es produz a riqueza que aquela acumular. A pessoa concreta trabalhador é desconsiderada produção, do indivíduo entra apenas a sua força de trabalho —, de modo semelhante, na esfera da política e do Estado, a pessoa concreta também desaparece em uma abstração: cidadania.

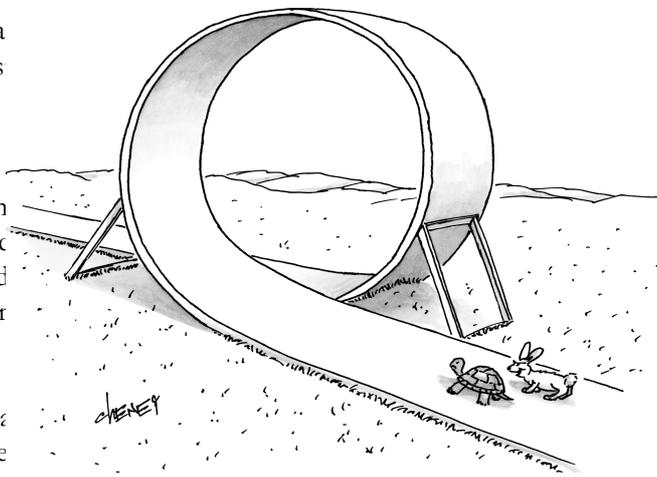
O cidadão é uma abstração da pessoa real na esfera do Direito e da política (do Estado) tal como o trabalho abstrato é uma abstração da pessoa real do trabalhador. Por isso, a cidadania não possui qualquer contradição com a exploração do trabalhador pelo capital. Por isso, são igualmente cidadãos o proletário e o capitalista. Trata-se, no fundo, da mesma abstração das pessoas concretas, reais, que têm lugar em esferas diferentes, na produção e na política. E essa abstração tem um fundamento de classe insuperável: é burguesa.

DEMOCRACIA E CAPITAL

Tal como a democracia ateniense era a ordem política correspondente à economia escravista, a democracia contemporânea é a ordem política que corresponde ao capitalismo. Em Atenas, os escravos estavam excluídos da democracia porque produziam a riqueza social enquanto eram meios de produção. A democracia ateniense não era menos democrática por este fato. Antes, pelo contrário, era democracia exatamente porque estava reservada a igualdade apenas para a parcela dominante da sociedade.

No capitalismo, todos são elevados a cidadãos. O capital precisa que todos nós ofertemos nossa força de trabalho como uma mercadoria; mas tanto na política e no Direito, quanto na produção, o que realmente somos não tem lugar. Se, em Atenas, os escravos eram excluídos, agora o que é excluída é a pessoa de cada um de nós. O Estado trata a todos como se fôssemos, de fato, a abstração que é a cidadania. A abstração que é o trabalho abstrato na produção corresponde, no Estado, à abstração da cidadania.

Apesar de todas as diferenças, em Atenas como hoje, a democracia serve ao poder da classe dominante.



A IGUALDADE

A principal virtude da democracia, se diz, é a liberdade e a igualdade. Se comparada com o Absolutismo destruído pela Revolução Francesa, o avanço possibilitado pela democracia não é pequeno. Contudo, isto ainda é pouco frente ao que podemos conquistar.

A igualdade entre cidadãos é a igualdade entre proprietários privados. O cidadão capitalista é proprietário do capital e, o cidadão proletário, de sua força de trabalho. Enquanto proprietários privados, estabelecem uma concorrência entre si, todos disputam com todos, capitalistas e trabalhadores. Esta concorrência universal é o limite máximo da liberdade e da igualdade democráticas: o que caracteriza a democracia é esse patamar de liberdade imprescindível para o capital explorar os trabalhadores. Patamar que apenas pode ser conquistado pela conversão de todos os indivíduos em proprietários privados e, portanto, em cidadãos.

O que diferencia, de fato, a democracia ateniense da democracia de nossos dias é a extensão da cidadania a todos os membros da sociedade. Em Atenas, os escravos entravam na produção como instrumentos de trabalho. Por não serem humanos na produção, não eram cidadãos na ordem política.

No capitalismo, a necessidade de que todos sejam proprietários privados para que todos possam vender sua força de trabalho ao capital, faz de todos cidadãos. Pela máxima oferta da força de trabalho os burgueses obtêm o menor salário — portanto, todos devem ser cidadãos. Mas, da cidadania está excluída o que os indivíduos de fato são, pois ela é apenas uma abstração que faz ficticiamente iguais todos indivíduos, deixando livre

o poder real do burguês sobre os trabalhadores para produzir a miséria e a riqueza que conhecemos.

Para a “liberdade” que oprime os trabalhadores, a democracia é de grande serventia.

PARA O QUE A DEMOCRACIA NÃO SERVE

Já vimos que a democracia serve como uma luva para o capital explorar os trabalhadores e proletários. Para o que, contudo, ela não serve?

Vejamos o que ocorre em nossos dias. A maior democracia do planeta, a estadunidense, é também a responsável por manter o maior e mais bárbaro centro de tortura que a humanidade já conheceu: Guantánamo, em Cuba. Os prisioneiros políticos não têm qualquer direito, pois lá não vigora nem as leis de Cuba, visto que a base militar é estadunidense, nem as leis dos Estados Unidos, já que a base está em Cuba. Os prisioneiros ficam muitos anos sem qualquer assistência jurídica de qualquer ordem, submetidos a processos bárbaros de tortura que perduram por anos a fio. Nunca a humanidade conheceu uma barbárie como esta. E, Guantánamo, é obra da democracia.

Esta relação da democracia com a violação dos direitos humanos não é nova. Desde que surgiu, sempre que foi necessário ao capital, as democracias cometeram atrocidades. No início dos anos de 1960, o governo francês assassinou a tiros, e jogou no rio Sena (seus corpos atravessaram, boiando, Paris) mais de 200 estudantes e trabalhadores que protestavam contra a Guerra da Argélia. O Estado democrático da Alemanha assassinou a sangue frio os militantes do grupo Baader Meinhof. Hoje, em toda delegacia dos EUA nos bairros periféricos das grandes cidades há uma salinha para choques elétricos e afogamentos.

A relação da democracia com políticas econômicas que favoreçam o capital é tão evidente que nem é preciso que casos sejam citados. Basta dizer que nenhum governo ou Estado democrático — jamais — realizou o milagre de distribuir renda pela redução da exploração dos trabalhadores (e não há outra forma de distribuir a renda). Pelo contrário, depois

de tantas décadas de democracia, 62 pessoas detêm a propriedade de metade da riqueza mundial, tal como noticiado pelos principais órgãos da imprensa burguesa.

Como a democracia é o capital elevado à ordem política, ela não serve como instrumento para se contrapor ao capital. Ela não serve como instrumento de defesa dos trabalhadores contra a miséria burguesa. Ela não é, como diz um livro infantil recém publicado pela Boitempo, um “jogo” em que há regras para garantir o direito de todos. A democracia é a ordem política que serve à reprodução do capital: cidadania e trabalho abstrato são irmãos siameses.

Assim, dependendo das necessidades momentâneas da reprodução do capital, a democracia pode ser mais ou menos violenta, mais ou menos autoritária. A sua forma jurídica sofre alterações sempre que a reprodução do capital assim o exigir: o que não se altera é que, em todas essas alterações, o que se mantém é a cidadania e o trabalho abstrato. Por que, ao fim e ao cabo, o Estado democrático nada mais é que o instrumento especial de repressão desenvolvido pela burguesia

para explorar aos trabalhadores e proletários.

Tal como na democracia ateniense, também a democracia burguesa é fundada na exploração do homem pelo homem e, por isso, é também compatível com o patriarcalismo e com o racismo. Imaginar que, com o “avanço” da democracia, seriam superados tanto um quanto outro não passa de ilusão.

Também por essas razões, a obra da revolução proletária é a destruição da democracia e sua substituição por uma forma superior de liberdade, o comunismo de Marx e Engels. “Desenvolver” e “aprofundar” a democracia nada mais significa que desenvolver e aprofundar o domínio do capital sobre os trabalhadores e proletários. Defender a democracia é apenas defender o domínio do capital.

Por isso, o remédio universal contra a ditadura não é a democracia, mas sim a revolução proletária.

NOTAS

(1) Isto não é, rigorosamente, verdade: há formas de extração da mais-valia que não dependem diretamente do trabalho assalariado, mas esses são casos

excepcionais que não alteram a regra geral.

(2) Há impressionante estudo da relação das democracias com a tortura: *Torture and democracy*, de Rejali, D. (2007).

LEITURAS RECOMENDADAS

De Karl Marx, os textos clássicos sobre a questão são *Da questão judaica* (a melhor edição no país é da Expressão Popular), o 18 Brumário de Luis Bonaparte (boa a edição da Expressão Popular) e a *Crítica aos programas de Gotha e de Effurt*. De Engels, *Do socialismo utópico ao científico* e *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (deste último, a edição da Expressão Popular é a melhor) são também imprescindíveis. Da literatura contemporânea, *Socialismo ou liberdade?*, uma coletânea de Ivo Tonet (pode ser baixada no site dele) e de Mészáros, *Para além do capital* (em especial o capítulo 18), são os textos mais significativos. E, pena que não haja tradução, de Rejali, D. (2007) *Torture and democracy*. Princeton University Press, New Jersey, EUA.

ARGENTINA: ONDA DE DEMISSÕES E ATAQUES MOSTRA QUE A CRISE É INTERNACIONAL E QUE O INIMIGO É UM SÓ

A classe trabalhadora argentina inicia 2016 sob duros ataques da patronal por meio de seu novo governo. A vitória de Mauricio Macri (PRO) para a presidência do país encerra, após 12 anos, a chamada Era Kirchner, de essência igualmente patronal. Macri, um representante mais clássico da direita conservadora, assume para dar continuidade ao projeto da classe dominante, agora sem nenhuma mediação, aplicando o ajuste com mãos de ferro para fazer as vontades do imperialismo.

Para dar resposta (do ponto de vista da patronal) ao acirramento da crise econômica mundial e ao mesmo tempo se diferenciar do perfil do governo anterior, Macri se apoia no discurso da eficiência. Utiliza a defesa de um estado “enxuto” como respaldo para seus duros ataques. A verdade porém é que seu governo está disposto a jogar quantos trabalhadores for necessário na miséria para satisfazer aos interesses da patronal.

A SARJETA É SÓ O COMEÇO:

O AJUSTE MOSTRA DO QUE É CAPAZ

Uma das pérolas de Macri que ficaram conhecidas no último período foi chamar os funcionários públicos de *nhoques*. O *nhoque* é um prato tradicionalmente servido no dia 29 de cada mês. A comparação com os funcionários públicos tem o objetivo de classificá-los como parasitas, que aparecem no trabalho só no dia 29, final de cada mês, para receber o salário. A verdade é que com esse discurso Macri pulverizou simplesmente mais de 60 mil postos de trabalho. Há dados recentes da CTA (Central de Trabalhadores da Argentina) que apontam para mais de 107 mil postos. O funcionalismo público tem grande expressão na composição desse número, sendo cerca de metade dos demitidos.

Para além das demissões, o pacote do ajuste inclui um tarifaço que anunciou elevar a conta de luz em até 300%, cortando os subsídios públicos que

existiam antes no fornecimento de energia. No entanto, foram registrados aumentos de até 700% nas contas de luz.

Após implementar esse grande ataque, o governo Macri anunciou também, para março, o aumento no custo do gás, também em até 300%. A desculpa é equilibrar a contas do Estado. Mas o novo “estado enxuto” da patronal na realidade faz a classe trabalhadora argentina sangrar um pouco mais a cada dia.

É preciso lembrar que os ataques, assim como no Brasil, não vêm somente da esfera nacional de governo mas também das províncias e municípios, denunciando o pacto da oposição kirchnerista com a agenda do ajuste, já que ainda controlam grande parte dos governos locais. Ao passar o facão no funcionalismo público, nos benefícios sociais e implementar o tarifaço, a política do governo Macri prova sim a sua eficiência para fazer a qualquer custo a gestão do estado capitalista a contento

do capital, mas não para atender às necessidades dos trabalhadores.

O ENDURECIMENTO E CONSERVADORISMO PARA RESPALDAR OS ATAQUES

O conservadorismo e o caráter antidemocrático que marca o perfil do novo governo fica bem claro em outra pérola recente. Essa saiu da boca do Ministro das Finanças do governo, Alfonso Pra-Gay, que disse que um dos objetivos do governo é “eliminar a gorr dura militante” da administração do estado, se referindo às demissões dos funcionários públicos. Além disso, a maior parte das medidas mais polêmicas tomadas pelo novo governo foi feita durante o recesso de verão dos parlamentares, já que Macri não tem a maioria no Congresso.

Mas uma das mais significativas tentativas de se blindar da reação dos trabalhadores a todos esses ataques foi o recente lançamento de um protocolo anti protesto, chamado pelo governo de protocolo de segurança, que proíbe o trancamento de ruas durante as manifestações.

Mas os trabalhadores argentinos já iniciam sua resposta. Organizaram uma paralização de 24 horas e uma grande marcha no dia 24 de fevereiro em defesa do desempregados. Esse foi o primeiro recado dos trabalhadores para Macri e a patronal. A marcha reuniu cerca de 50000 e fechou importantes ruas do centro de Buenos Aires, trancando cruzamentos e paralisando parte dos serviços. O Ministerio do Desenvolvimento e Emprego e depois a sede do governo foram pontos de parada. Nas províncias, outras paralisações e atos aconteceram simultaneamente. O protocolo de Macri não foi capaz de amedrontar os trabalhadores argentinos, que deram sua primeira resposta à altura. Essa foi a primeira manifestação não só contra os ataques mas contra o próprio governo, desde que Macri assumiu a presidência.



Com o lançamento do ameaçador protocolo anti protesto, os argentinos nos indicaram o único caminho para resolver o problema da repressão: enfrentá-la. Se não podemos recuar frente aos ataques ao emprego aos nossos direitos e ao rebaixamento das condições de vida, não podemos igualmente estremecer frente a tentativa de nos calar.

Por mais difícil que seja, o pressuposto para a própria existência da luta dos trabalhadores contra os ataques é enfrentar as ameaças dos governos e da patronal e a sua dura consequência, a repressão. A massificação da mobilização de 24 de fevereiro tornou inviável a aplicação do protocolo e o uso da repressão a um número tão grande de trabalhadores em uma situação tão delicada para o governo. A resposta dos trabalhadores, não abrindo mão de sua marcha, impediu que o protocolo se naturalizasse e impusesse o medo. A única força que pode fazer frente a repressão é a força das massas nas ruas. Precisamos avançar!

O FIM DE UM CICLO POLÍTICO DENUNCIA O QUE ESTÁ POR BAIXO DA SUPERESTRUTURA

A vitória de Macri expressa um movimento na superestrutura política que está presente na América Latina de conjunto e que denuncia dificuldades concretas da reprodução do próprio sistema capitalista.

A queda no preço geral das matérias-primas e a consequente diminuição das receitas nas economias periféricas representou o fim de uma conjuntura favorável para os governos dos países que se colocam na economia mundial fundamentalmente como produtores de matérias-primas. Com isso, as contradições inerentes à forma de

reprodução do capital se colocam mais às claras e com mais força. A disputa entre frações da classe dominante se acirra, favorecendo o retorno ao governo de falsas alternativas diferentes e mais conservadoras do que aquelas que ocupavam o governo anteriormente.

A volta à normalidade neoliberal e conservadora se coloca na Argentina portanto como parte de um todo. A conjuntura vista nos países periféricos tem demonstrado qual a resposta atual da burguesia para um momento de acirramento das contradições capitalistas: ou assumem governos da direita conservadora ou as burocracias reformistas se diretizam para responder rapidamente aos interesses dos setores mais influentes da burguesia. O fim desses ciclos políticos em que prevaleceram os projetos reformistas, neodesenvolvimentistas ou de cunho “democrático-popular”, como se queira chamar, deixa lições.

Na superestrutura, uma gama de propostas políticas que não se propoem uma ruptura revolucionária com o modo de produção capitalista. Na estrutura um sistema com pés de barro, incapaz manter a sociedade de pé produzindo para satisfazer ao menos as necessidades mínimas dos trabalhadores. A ameaça da crise capitalista é mundial e o inimigo é um só, o capital. Para derrotá-lo é obrigatório que derrotemos a patronal por todo o globo. A cada ataque que os patrões ousam desferir contra nós, precisamos responder à altura. Unidade internacional dos trabalhadores contra os ataques da patronal! Não recuar frente ao avanço da repressão! Avançar na construção das paralisações, manifestações e greves, independentes dos governos e patrões! Rumo à construção da única saída para a crise capitalista: a ruptura revolucionária!

Jornal editado mensalmente sob responsabilidade da coordenação nacional do Espaço Socialista. Os textos assinados não necessariamente expressam a opinião da organização.

CONTATOS

**www.espacosocialista.org
espacosocialista@hotmail.com
[facebook.com/espacosocialista1](https://www.facebook.com/espacosocialista1)**